

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

#### 1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de mobiliário, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Fundo Municipal de Assistência Social
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico, Decreto Municipal 599/2020, combinado com a Lei 8.666/93;
1.4	<b>Período:</b>	Entrega imediata;
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor preço global por lote nos termos da Lei nº. 8.666/93.
1.6	<b>Recursos:</b>	Emenda Parlamentar nº 370700016

#### 2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

LOTE - 1			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE
01	<b>Assento tipo "L" Longarina 2 lugares.</b> Descrição Técnica: Base: Aço cromado. Braços: Aço Cromado. Estofado: Em couro ecológico preferencialmente preto. Peso máximo recomendado por assento: 150 Kg; Medidas Largura total da longarina: aproximadamente 130cm; Encosto Largura aproximadamente: 53cm; Altura aproximadamente: 52cm; Assento Profundidade aproximadamente: 48cm; Largura aproximadamente: 53cm; Altura até o chão aproximadamente: 44cm. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. Montagem inclusa. <b>CATMAT: 396864</b>	Und	01
02	<b>Assento tipo "L" Longarina 3 lugares.</b> Descrição Técnica: Base: Aço cromado. Braços: Aço Cromado. Estofado: Em couro ecológico preferencialmente preto. Peso máximo recomendado por assento: 150 Kg; Medidas Largura total da longarina: aproximadamente 185cm; Encosto Largura aproximadamente: 53cm; Altura aproximadamente: 52cm; Assento Profundidade aproximadamente: 48cm; Largura aproximadamente: 53cm; Altura até o chão aproximadamente: 44cm. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. Montagem inclusa. <b>CATMAT: 478450</b>	Und	02
03	<b>Armário para escritório baixo fechado.</b> Descrição técnica: Tampo de no mínimo 30mm reengrossado; Laterais, prateleiras e portas de no mínimo 15mm de espessura; fundo de no mínimo 15mm de espessura; Altura de aproximadamente 74cm; Largura de aproximadamente 80cm; Profundidade de aproximadamente 42cm; Material: MDP; 1 prateleira; 2 vão interno; Prateleiras com regulagem de altura; Cor tipo: Carvalho/Imbuia. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. Montagem inclusa. <b>CATMAT: 458657</b>	Unid	04



04	<b>Armário para escritório Extra-alto fechado.</b> Descrição técnica: Tampo confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP) com no mínimo 25mm de espessura; encabeçamento nos topos aparentes com fita borda PVC 0,45mm; Portas em MDP com no mínimo 15mm de espessura, em todos os topos com fita borda PVC 1mm, todos revestidos com laminado melamínico de baixa pressão (BP) em ambas as faces; Composto por no mínimo 03 prateleiras móveis com possibilidade de regulagem e 01 prateleira fixa; altura de no mínimo 205cm; largura de no mínimo 80cm; profundidade de no mínimo 45cm; Cor tipo: Carvalho/Imbuia. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. Montagem inclusa. <b>CATMAT: 458659</b>	Unid	13
05	<b>Armário para escritório alto semi-aberto.</b> Descrição técnica: Tampo confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP) com no mínimo 25mm de espessura; laterais, prateleiras e portas em MDP com no mínimo 15mm de espessura; composto por no mínimo 3 prateleiras e 4 vãos para uso; altura de no mínimo 160cm; largura de no mínimo 80cm; profundidade de no mínimo 40cm; Cor tipo: Carvalho/Imbuia. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. Montagem inclusa. <b>CATMAT: 259127</b>	Unid	06
06	<b>Mesa de escritório em “L” com gaveteiro.</b> Descrição técnica: Tampo confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP), formato em “L”, com no mínimo 15mm de espessura, com medida de no mínimo 150cm (comprimento) X 180cm (comprimento) X 60cm (profundidade) X 70cm (altura); material da base em aço; gaveteiro com no mínimo 2 gavetas confeccionadas em MDP; Cor tipo: Carvalho/Imbuia. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. Montagem inclusa. <b>CATMAT: 329683</b>	Unid	02
07	<b>Mesa de escritório em “L” com gaveteiro.</b> Descrição técnica: Tampo confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP), formato em “L”, com no mínimo 15mm de espessura, com medida de no mínimo 160cm (comprimento) X 200cm (comprimento) X 60cm (profundidade) X 70cm (altura); material da base em aço; gaveteiro com no mínimo 2 gavetas confeccionadas em MDP; Cor tipo: Carvalho/Imbuia. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. Montagem inclusa. <b>CATMAT: 329681</b>	Unid	01
08	<b>Mesa de reunião circular.</b> Descrição técnica: Tampo confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP), circular, com no mínimo 25mm de espessura; pé quadrado em aço; altura de aproximadamente 70cm; largura de aproximadamente 120cm; profundidade de aproximadamente 120cm; Cor tipo: Carvalho/Imbuia. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. Montagem inclusa. <b>CATMAT: 473622</b>	Unid	01
09	<b>Gaveteiro volante com 3 gavetas.</b> Descrição técnica: gaveteiro móvel com 3 gavetas sendo duas gavetas normais e uma gaveta para pasta suspensa, travamento total das gavetas; produto confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP), com no mínimo 15mm de espessura; corrediças metálicas; rodízio em nylon; fita de borda sem abas; largura com no mínimo 45cm; profundidade com no mínimo 42cm; altura com no mínimo 65cm; Cor tipo: Carvalho/Imbuia. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. Montagem inclusa. <b>CATMAT: 480065</b>	Unid	25



10	<b>Balcão de atendimento recepção reto.</b> Descrição técnica: Tampo confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP), com no mínimo 40mm de espessura encabeçado com revestimento melamínico de baixa pressão (BP); espessura do pé de no mínimo de 25mm; gaveteiro fixo com 2 (duas) gavetas com travamento; altura de no mínimo 110cm; largura de no mínimo 135cm; profundidade de no mínimo 60cm; Cor tipo: Carvalho/Imbuia. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. Montagem inclusa. <b>CATMAT: 387928</b>	Unid	01
11	<b>Apoio para os pés com regulagem.</b> Descrição técnica: Constituído em peça única; Com, no mínimo, 3 possibilidades de regulagem de altura, variando entre 6,0 e 12,0 cm, no mínimo; Dimensões mínimas para apoio dos pés: 28,0 cm de largura x 39,0 cm de comprimento; Dimensões máximas: 31,0 cm de largura x 47,0 cm de comprimento; Cores: preferencialmente preta; Material da armação: em ferro cromado ou aço; Material da plataforma de apoio para os pés: em plástico resistente, madeira ou aço, com características antiderrapante, através de revestimento em borracha macia ou produto similar; Acabamento isento de defeitos superficiais, rebarbas ou bordas cortantes; Deverá ter estampada a marca do fabricante. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. <b>CATMAT: 326126</b>	Unid	15
12	<b>Estação de trabalho em "X" 140x140cm com cremalheira 04 lugares com rodapé.</b> Descrição técnica: Tampo constituído em fibra de madeira aglomerada (MDP) com no mínimo 25mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces; Painel frontal em MDP com no mínimo 15mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces; Pés em aço com acabamento interno em MDP com no mínimo 15mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces; pés niveladores; pé central com passagem de fiação oculta; gaveteiro com no mínimo 2 (duas) gavetas; Medidas da Mesa: Altura: aproximadamente 740mm x Largura: aproximadamente 1400mm x Profundidade: aproximadamente 1400mm; Cor tipo: Carvalho/Imbuia. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. Montagem inclusa. <b>CATMAT: 388455</b>	Unid	03
13	<b>Estação de trabalho em "T" 02 lugares.</b> Descrição técnica: Tampo constituído em fibra de madeira aglomerada (MDP) com no mínimo 25mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizada em ambas as faces; pés confeccionados em aço com niveladores de altura; sistema de passagem de fiação; gaveteiro com no mínimo 02 (duas) gavetas; Medidas da mesa: altura de aproximadamente 740mm; largura de aproximadamente 1200mm; profundidade de aproximadamente 600mm; Cor tipo: Carvalho/Imbuia. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. Montagem inclusa. <b>CATMAT: 390629</b>	Unid	02
14	<b>Cadeira modelo diretor giratória com encosto alto.</b> Descrição técnica: com sistema relax; assento estofado, espuma com densidade controlada (45 a 55 kgf/m <sup>3</sup> ), suporte de peso 136kg; encosto em tela flexível 100% poliéster de alta resistência, apoio lombar independente, regulável na altura; apoio de braço, estrutural cromado com forração removível (zíper); base giratória a gás com regulagem de altura no assento; cor preta. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. Montagem inclusa. <b>CATMAT: 355787</b>	Unid	30

15	<b>Cadeira modelo presidente giratória.</b> Descrição técnica: material estrutura em aço cromado; material revestimento assento e encosto: couro; material encosto: espuma injetada; material assento: espuma injetada; tipo base: giratória com 5 rodízios duplos; tipo encosto: espaldar alto; apoio braço: com braços; cor: preta; tipo sistema regulagem vertical: a gás; características adicionais: tipo poltrona presidente, braço em couro; cor preta. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação. Montagem inclusa. <b>CATMAT: 390178</b>	Unid	07
----	---	------	----

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude de Nova Friburgo tem a missão de planejar, coordenar e executar programas, projetos e serviços, bem como atividades visando a erradicação da pobreza, desenvolvimento social e a garantia dos direitos sociais, além de articular a definição e implementação das políticas sociais integradas e geração de emprego e renda e políticas públicas para a juventude. Responsável por uma unidade socioassistencial de alta complexidade CREAS, 4 (quatro) unidades CRAS, Centro de Referência da Mulher, Centro de Cidadania LGBTI+, dos demais Conselhos Vinculados, além da vigilância socioassistencial e outras atribuições a serem definidas na Política Pública Nacional de Assistência Social no âmbito Municipal;

3.2 A presente aquisição de mobiliário de escritório possui o fito de atender as necessidades da Proteção Social Básica no que concerne a estruturação da Rede de Serviços Socioassistenciais com recursos de emenda parlamentar com essa finalidade, bem como o Programa Bolsa Família - PBF;

3.3 A aquisição de mobiliário de escritório é essencial para reestruturação da rede de serviços socioassistenciais da Proteção Básica e do PBF, visando proporcionar a otimização e qualidade dos serviços oferecidos, sendo imprescindível para manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento dos equipamentos de serviços socioassistenciais;

3.4 As Unidades de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e PBF possuem em seus espaços físicos mobiliários com necessidade de readequação, ampliação, sobretudo, reestruturação, para otimização do espaço físico;

**3.5 As estimativas correspondentes foram baseadas no espaço físico da Proteção Social Básica e do PBF, levando-se em consideração todo o exposto anteriormente no que tange a readequação do espaço físico;**

3.6 A Proteção Social Básica, compreendendo serviços socioassistenciais dispostos nos CRAS e da própria sede da Gestão Municipal necessitam dos equipamentos (Mobiliário), para sustentar o adequado funcionamento da Política Pública de Assistência Social no âmbito do Município de Nova Friburgo.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou

declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública, contudo, as empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (Art.58 da lei nº 11.101/2002);

4.2 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.3 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	44.90.52.13
5.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	11 - FNAS
5.1.2	<b>Programa de Trabalho:</b>	36.001.08.122.0001.2027 36.001.08.244.0022.2040

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

## 6. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

6.1 O proponente deverá levar em consideração os seguintes aspectos imediatamente especificados, com vistas à elaboração de sua respectiva proposta de preços;

6.2 O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da data de entrega das propostas, em consonância com a legislação vigente. As propostas que omitirem o seu prazo de validade serão consideradas como válidas pelo período supracitado;

6.3 Nas propostas de preços apresentadas, deverão estar inclusos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da licitante, como também, custo com fardamento; transporte de qualquer natureza; materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados; depreciação; aluguéis, administração; impostos; taxas; emolumentos e quaisquer outros

custos que direta ou indiretamente, influenciem no fiel cumprimento das obrigações por parte futura vencedora do certame licitatório.

## 7. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo imediatamente, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato, se for o caso):

<b>Secretaria requisitante:</b>	Fundo Municipal de Assistência Social
<b>Endereço:</b>	Av. Alberto Braune, 224, sala 214 - Centro - Nova Friburgo - RJ
<b>Horário de entrega:</b>	Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

7.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

7.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

## 9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

10.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

10.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

11.1.2 Designar equipe de montadores, mínimo de 03 (três) montadores para operar a montagem dos bens objeto deste instrumento, nos locais indicados pela contratada em prazo não superior a 5 (cinco) dias da aceitação definitiva do objeto;

11.1.3 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.8 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.9 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.1.10 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.1.11 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude;

## **12. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

<b>NOME</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>GESTOR / FISCAL</b>
Márcio André de Freitas Silva	115190	Gestor titular
Yañes José Martinez	115200	Gestor substituto
Merielle Aparecida Schumacker	199118	Fiscal titular
Edilene Gorete Torres Laeff	62319	Fiscal substituto
Gabriel das Chagas Silva	100490	Fiscal substituto

14.3 O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

14.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

15.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores do Fundo Municipal de Assistência Social/Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

16.1.1 Compete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

16.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

16.3.1 Advertência;

16.3.1.1 Advertência por ocasião de faltas consideradas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a execução do contrato;

16.3.2 Multa:

16.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo e/ou aceitar/retirar o documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

16.3.2.2 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

16.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## 17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 18. DA RESCISÃO

18.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

18.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude;

18.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.

18.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 12 de novembro de 2021.

GESTOR:	GESTOR:
<hr/> <b>Márcio André de Freitas Silva</b> Matr.: 115190	<hr/> <b>Yañes José Martinez</b> Matr.: 115200

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

**Márcio José Corrêa Alves**

Secretário Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude  
Matr.: 62729